



FENTECT

Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas
de Correios e Telégrafos e Similares



BOLETIM DA SECRETARIA DE ANISTIA | Brasília-DF | SETEMBRO/2009

Discutindo alternativas



Brasília – Foi realizado nos dias 27 e 28 de agosto de 2009, no Núcleo Bandeirante/DF, o 20º Encontro Nacional de Anistia/FENTECT. Mais uma vez os companheiros da FENTECT se reuniram para discutir este tão importante tema para os ecetistas. O objetivo principal do encontro é decidir os caminhos a serem seguidos pela Secretária Nacional de Anistia/FENTECT no período 2009/2010. Estiveram presentes representantes de todos os sindicatos filiados a Federação, parlamentares e técnicos de ministérios.

Os trabalhos foram iniciados na manhã do dia 27, no auditório do Laguna Plaza Hotel. Foram de-

batidas as estratégias que vão nortear a atuação da categoria e da Secretária Nacional de Anistia até agosto/2010. Entre os principais temas na pauta de discussão das plenárias estavam a Lei 10.559/02 (regulamentação do Art. 8º), a Lei eleitoral 7.773/89, a Lei 8878/94 Plano Collor, a Lei 8632/93 e a Lei 11.282/06, além do Projeto de Lei Complementar 083/07 (Lei Maria do Rosário) e sua tramitação final no Senado Federal.

“Ainda existem estruturas autoritárias que precisamos derrubar, e uma delas esta dentro dos Correios, mesmo em um governo demo-

crático isto ocorre. Leis foram aprovadas, mas a burocracia do estado emperra suas aplicações, isto deixa a margem diversos companheiros que esperam, sem razão, apenas para que sejam cumpridos seus direitos. Por isso, é preciso a mobilização dos ecetistas, do Congresso Nacional e da sociedade civil organizada para lutar por esta tão importante causa” declarou o deputado Federal Paulo Rocha PT/PA.

Também marcou presença no encontro o deputado Vicentinho PT/SP e o Dr. Idel Profeta, Presidente da Comissão Especial Interministerial – CEI (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão), que explicou a estrutura e funcionamento da Comissão no Ministério. Além da Dr^a. Suely, representando o ministério da Justiça.

Só com a contribuição, a participação, o apoio e a união de todas as forças políticas representadas na FENTECT é que vai ser possível garantir o devido respaldo as decisões aprovadas e encaminhamentos dados a questão da anistia aos companheiros ecetistas.



Um encontro produtivo



O primeiro dia dos trabalhos foi dedicado ao debate de três pontos a Lei 10.559 – Ministério da Justiça, as leis 8.632/1993 e 11.282/2006 de autoria do deputado Federal Paulo Rocha – PT/PA e a Lei 8.878/94 plano Collor. Já no segundo dia dois pontos foram discutidos o PL 083/07 da deputada Maria do Rosário – PT/RS e a votação dos encaminhamentos a serem tirados pelo plenário do encontro.

Falando da Lei 10.559/2002, a representante do ministério da justiça, Dr^a. Suely, foi questionada sobre a forma como se deram os julgamentos dos processos recém concluídos, que tiveram parcelas da Prestação Permanente Continuada baixas, e sobre a condição dos julgamentos parciais de anistia, quando a lei prevê anistia completa. Após breve exposição, a representante do ministério da justiça admitiu a possibilidade de ter ocorrido erros de cálculos, e disse que isso pode ser detalhado posteriormente.

Quando o assunto eram as leis 8.632/1993 e 11.282/2006 do deputado Paulo Rocha, o Secretário de Anistia expôs um breve relatório impresso, recebido da Comissão Especial de Anistia – CEA (Ministério das Comunicações). O documento traz um demonstrativo da quantidade de processos que já foram resolvidos e os que ainda aguardam os trâmites legais para resolução. Na oportu-

nidade, o Dep. Paulo Rocha, autor das leis, expôs sua preocupação e apoio no sentido de cumprimento das leis, garantindo a anistia dos trabalhadores.

O Dr. Idel Profeta, Presidente da Comissão Especial Interministerial – CEI (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão), fez uma exposição da estrutura e do funcionamento da Comissão no Ministério. Ao final de um longo debate sobre os trâmites burocráticos até a publicação das Portarias que garantem o retorno dos trabalhadores, o secretário de Anistia, João Maria, informou ao plenário que havia protocolado na empresa, no dia 26 de agosto de 2009, um documento cobrando uma posição da mesma no

sentido de realizar um levantamento orçamentário de impacto financeiro sobre os processos que ainda não foram resolvidos.

No caso do PL 083/07 ou Lei Maria do Rosário, foram confeccionadas cartas para serem entregues aos senadores e senadoras da república na manhã do dia 28 de agosto/2009, em manifestação no Senado Federal, pedindo o apoio desses parlamentares à aprovação do PL 083/07, que já se encontra na pauta do dia. Entretanto, a atividade foi prejudicada, pois o grupo foi proibido de entrar no prédio do Senado neste dia. Os companheiros ainda tentaram negociar o acesso para realizar o ato público, mas não houve sucesso.

